



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE MARÇO DE 2000

### Sessão Solene de Boas-Vindas a S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso

Presidente Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários. Ex.<sup>mos</sup> Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

As 17 horas e 25 minutos, e dando início a sessão solene de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil (Fernando Henrique Cardoso), entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, o Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres), o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretaria-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI, o Adjunto do Presidente da Assembleia da República para os Negócios Estrangeiros e os Secretários do Protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Ministro da República para os Açores, o Sr. Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, o Provedor de Justiça, os Chefes dos Estados-Maiores da Armada e do Exército e o General José Nico, da Força Aérea, os Conselheiros de Estado Maria de Jesus Serra

Lopes e Barbosa de Melo, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional Maria dos Prazeres Beleza, Maria Helena Brito, Artur Maurício e Bravo Serra, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres e o 2.º Comandante da GNR.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias o ex-Presidente da República Mário Soares, os ex-Presidentes da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida, Vítor Crespo e Francisco Oliveira Dias, o ex-Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, o Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopfl, ex-Embaixadores no Brasil, membros do Governo, membros do Corpo Diplomático e convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República Federativa do Brasil tomou lugar a direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, seguiram-se as intervenções do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República Federativa do Brasil.

Em 18 horas e 5 minutos quando a sessão foi encerrada.

O Sr Presidente: — Sr Presidente da República Federativa do Brasil. Ilustres Autoridades, Srs Convidados, Srs Deputados, tenho a honra de declarar aberta esta sessão solene de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Henrique Cardoso

*Eram 17 horas e 25 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
Alberto Bernardes Costa  
Alexandre António Alves Chaves  
António Alves Marques Júnior  
António Alves Martinho  
António de Almeida Santos  
António Fernandes da Silva Braga  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
António Fernando Menezes Rodrigues  
António Manuel Dias Baptista  
António Manuel do Carmo Saleiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
Carlos Alberto  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
Carlos Manuel Luís  
Casimiro Francisco Ramos  
Dinis Manuel Prata Costa  
Eduarda Maria Castro de Sousa  
Eduardo Ribeiro Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Filipe Mesquita Vital  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
Helena Maria Mesquita Ribeiro  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
Jamilá Bárbara Madeira e Madeira  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Francisco Gomes Benavente  
João Macedo Lourenço  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
João Rui Gaspar de Almeida  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
Jorge Lacão Costa  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos da Cruz Lavrador  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
José de Matos Leitão  
José Ernesto Figueira dos Reis  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
José Manuel Rosa do Egipto  
José Manuel Santos de Magalhães  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Rodrigues Pereira dos Penedos  
Jovita de Fátima Romano Ladeira

Júlio Francisco Miranda Calha  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Luís Pedro de Carvalho Martins  
Luísa Pinheiro Portugal  
Luz Manuel Fagundes Duarte  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
Maria José Vidal do Rosário Campos  
Maria Luísa Silva Vasconcelos  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
Nelson Madeira Baltazar  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabça Vieira  
Rui Manuel Leal Marqueiro  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Teresa Maria Neto Venda  
Vitor Manuel Alves Peixoto

**Partido Social Democrata (PSD).**

Adão José Fonseca Silva  
Álvaro dos Santos Amaro  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
António de Carvalho Martins  
António d'Orey Capucho  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Manuel Santana Abelha  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Armando Manuel Dimis Vieira  
Arménio dos Santos  
Artur Ryder Torres Pereira  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Carlos José das Neves Martins  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
Carlos Manuel Marta Gonçalves  
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
João Eduardo Guimarães Moura de Sá

João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torráo Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### \* Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr. Presidente: — Sr Presidente da República Federativa do Brasil, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros dos Governos de Portugal e do Brasil, Srs Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs Vice-Presidentes da Assembleia da República e Srs Deputados, Srs ex-Presidentes das Repúblicas de Portugal e do Brasil, Srs ex-Primeiros-Ministros, Srs Representantes do Corpo Diplomático, Excelências, demais Autoridades Militares, Crvis e Académicas. Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, na pessoa de V Ex<sup>a</sup> é o Brasil que nos visita Imenso como é, o Brasil cabe nesta sala, porque cabe no nosso coração. O coração onde coube e continua a caber o mundo inteiro, porque é o coração de cidadãos de um país que arredondou o planeta, foi universal e para sempre ficou universalista.

A Aldeia Global começou connosco e ficou dentro de nós. Outros mais cheios de prosápia se deixaram enredar nos quatro cantos de uma visão paroquial do Mundo e da Vida. Nós não! Universalistas pela experimentação e pela fé, franciscanos pelo sentimento, racionalistas e copernicianos pela curiosidade; temerários pela coragem, fomos dos primeiros a furar o futuro como o bichinho sedento do poeta Gedeão.

Porquê da Europa para a China, e não da China para a Europa? Porquê nós?

Predestinação? Favor dos deuses? Simples soma de acasos? Factores vários fizeram de nós um povo único: o enamoramento do mar a aguçar-nos a curiosidade, o desafio do desconhecido a reforçar-nos a temeridade, o caldeamento das raças a robustecer-nos os genes, o encontro das civilizações a enriquecer-nos as capacidades, as lutas da emancipação e da reconquista a endurecer-nos a tempera; o fervor religioso a fanatizar-nos a fidelidade, a saga norte-africana a acicatar-nos as ambições, o impulso de ir sempre mais além a proibir-nos a resignação, as riquezas da Índia a aguçar-nos a cobiça.

Para lá disso, um rei poeta que plantou caravelas, um Infante genial e fanático que sonhou impérios, tecnologias de ponta na arte de marear a privilegiar-nos na grelha de partida.

E assim como, segundo alguns, às tantas Deus teria dito «faça-se Newton», terá dito também «descubra-se a América». Ter-se-iam encarregado disso, como agentes da sua vontade, Colombo, Vespúcio e Cabral. Colombo terá descoberto a hoje América do Norte, supondo que tinha aportado à Índia. E nessa ilusão morreu, apesar de por mais de uma vez ter repetido a façanha. Vespúcio terá chegado até à foz do rio Amazonas, mas igualmente sem saber aonde Cabral terá atingido Porto Seguro julgando ter aportado a uma ilha.

Se houvéssemos de perfilar a tese do achamento por erro, ou por acaso, contra a tese da intencionalidade, tudo se teria passado à revelia de uma deliberada intenção. A descoberta do depois chamado Novo Mundo, identificar-se-ia antes com a vontade de um Deus que gostasse de «jogar aos dados».

Sou, claramente, pela tese da intencionalidade. Não, ou não só, porque é a que melhor serve o meu orgulho de ser português. Mas por um conjunto de razões, entre as quais avulta a opção feita por D. João II no Tratado de

Tordesilhas, a qual melhor se compreende conhecendo ele as terras a haver segundo a partilha feita

Os argumentos em contrário encontram fácil contraveneno na política de sigilo praticada pelos reis de Portugal e de Castela. O sigilo valia mesmo em relação a Vaz de Caminha, o prodigioso cronista do achamento? Ou limitou-se ele a colaborar no segredo?

É o segredo que explica as exíguas quatro linhas da carta de D. Manuel ao Rei de Espanha a anunciar o achamento, perdidas entre um vasto texto sobre a Índia.

É o segredo, conjugado com o pouco entusiasmo exteriorizado por Cabral após o achamento, e com o pouco interesse de início despertado pela boa nova. Só décadas depois a terra achada começou a ser povoada.

São o segredo e os 300 anos de silêncio sobre a carta de Caminha, entretanto desaparecida. É a chocante falta de notoriedade, ao tempo, do feito de Cabral e deste mesmo, logo preterido por Vasco da Gama no comando de uma nova expedição à Índia. Daí o seu exílio voluntário numa quinta em parte incerta do termo de Santarém, antecipando de séculos o retro para Vale de Lobos do grande Alexandre Herculano.

É enfim o segredo e o facto insólito de Cabral ter sido enterrado em campa rasa, e só mais tarde trasladado para a Igreja da Graça, em Santarém, com a seca inscrição do seu nome e nenhuma referência ao seu feito, onde viria a ser descoberto, curiosamente, por um historiador brasileiro, outros três séculos depois!

A Índia era a jóia das ambições e das cobiças. A ela, e aos que contribuíram para a sua descoberta, toda a honra e toda a glória. Títulos honoríficos e copiosas tenças premiam Vasco da Gama. O esquecimento ou o quase esquecimento foi a paga de Álvares Cabral.

Quem, enfim, o tornou célebre e grande, como hoje se reconhece que foi? A celebridade e a grandeza de que veio a revestir-se a coisa achada, o portentoso Brasil. perante o milagre da sua unidade, obra prima do génio português e brasileiro, da defesa e do alargamento do seu território, em reterado desfeiteamento da linha divisória pactuada, tendo em conta o fraccionamento em 18 países da América espanhola, e sobretudo o prodígio da sua tão rica identidade, que fazem dele um caso civilizacional sem paralelo, quis-se naturalmente conhecer melhor quem o descobriu.

O nome era conhecido. A personalidade do descobridor não tanto!

Mas não no-lo descrevem com cópia de pormenores o Pêro Vaz de Caminha, na parte relativa ao achamento, e o Piloto Anónimo, na parte que diz respeito ao prosseguimento da viagem até à Índia e regresso, após ter lançado as primeiras bases do nosso comércio com o Oriente?

Sim e não. Descrevem as suas determinações, as suas cautelas, os seus ardis, a sua tolerância, a sua ira quando em Calecut foi precisa violência e foi precisa coragem. Mas não os seus antecedentes, a sua personalidade, o que veio a saber-se depois. As pazadas de ingratidão e esquecimento sobre ele lançadas fizeram o resto.

Cinquenta anos depois, Camões, o genial cantor da nossa gesta de quinhentos, incensa o Infante e o Gama, exalta o Albuquerque e o Magalhães, tantos outros. Sobre Cabral, nem um verso a registar o seu nome. De Lisboa ao Japão e a Timor, não há lugar que não refira ou mesmo descreva. Sobre o depois Brasil, só ao fechar o pano do seu imortal poema assim avaramente se lhe refere: «Mas cá onde mais alarga ali tereis/Parte também que o pau vermelho nota /De Santa Cruz o nome lhe poreis/Descobri-la-á a primeira vossa frota»

O próprio Fernando Pessoa, que na sua *Mensagem* quase não deixa grande figura histórica sem poema, e multiplica os que dedica ao «louco» rei Sebastião, esquece Cabral e a descoberta do Brasil.

É claro que o Brasil vingou-se. Perante a vil tristeza que se apossou do império da Índia e do sonho de Albuquerque, afirmou-se em toda a sua pujança e a sua glória como uma das mais portentosas pátrias do Universo. De mais pujante alegria e rutilante cor. De mais abrangente espaço e potencial riqueza.

Seria petulância pretender que fomos só nós que o fizemos. Mas debalde se nos recusará a glória de o termos começado e ajudado a fazer.

E mesmo que não seja verdade que lhe concedemos de mão beijada a independência — como alguns sem verdade pretendem — também não é mentira que não resistimos a conceder-lha até ao limite da nossa capacidade de retardá-la.

Tivemos, nesse então, impulsos de lucidez que nos faltaram em relação ao fim da nossa presença na Índia e depois em África. Portugal amava apaixonadamente o Brasil. Ainda ama. Mas Portugal e o Brasil amavam ainda mais o espírito libertador das revoluções americana, francesa e liberal. O vintismo impregnava os espíritos. E, por mais que isso doa aos detractores do papel de Portugal, foi um Príncipe Português que soltou o célebre grito do Ipyranga. Conquistaram-no patriotas brasileiros? Em grande medida é isso verdade. Mas foi ele que o gritou. E a independência do Brasil nasceu desse grito.

Mas, no ano que passa, não é a independência do Brasil que celebramos. É o seu achamento. E foram portugueses que o acharam. Acharam um Éden em que um punhado de inocentes havia escapado ao pecado original.

«Índios» foram chamados na sequência do erro de Colombo. Julgou — já o disse — ter chegado à Índia.

E foi a partir dessa prodigiosa natureza e desse fermento humano, depois caldeado com escravos de África, colonos e missionários europeus, que levedou essa Pátria sem igual que é o Brasil.

«Tal pai tal filho» — disse num poema célebre pela concisão o coração dividido de Jorge de Sena.

Mas não é inteiramente verdade. É-o na língua, no humanismo, no universalismo, no ideal da miscigenação, na afinidade das culturas. Mas não na alegria, no estoicismo boémio, no folclore, na filosofia de vida. Diônusos naturalizou-se brasileiro.

O Brasil, nestes tempos em que as identidades se nivelam e se apagam, permanece idêntico e único. Nessa medida ele é apenas igual a si próprio.

Nenhuma Pátria se fez sem sofrimento. E o Brasil não escapou à condenação de «ter de passar além da dor». O prodigioso solo do Brasil foi arroteado com sangue, suor e lágrimas. Mas não foram esses os «tijolos» com que se construiu o Mundo?

A história assume-se inteira. Com as suas grandezas e as suas misérias. Mas quando se percorre o Brasil de hoje, o que é e sobretudo o que vai ser, conclui-se, com Pessoa, que tudo valeu a pena. Valeram a pena a escravatura, o trabalho forçado, as lutas no mar e na terra contra holandeses, franceses e piratas, as guerras de fronteira, as lutas entre missionários e senhores de engenho, entre liberais e absolutistas, entre brasileiros e portugueses.

Termos podido conceber esse projecto, impulsionar esse esforço e ajudado a construir esse êxito, equivaleu a escrever outros *Lusíadas*. Infelizmente, Caminha só pôde escrever o prólogo.

Também desta vez o feito que memoramos não foi obra de um só homem, mas de um Povo. Um povo que semeou pinheiros, construiu naus, inventou instrumentos, concebeu ambições, assumiu coragens, desvendou mistérios. E sobretudo um povo que, ressaltadas as crueldades da época, amou o seu semelhante.

É bom ter memória. É bom cultivá-la. É isso que, nos dois lados do Atlântico, estamos fazendo agora.

Sr Presidente, Portugal conhece V. Ex.<sup>a</sup> quase tão bem como se fosse nosso Presidente. Conhece a sua brilhante carreira de professor universitário, de escritor e de político. Sabe que V. Ex.<sup>a</sup> atingiu a suprema magistratura com uma ideia própria sobre o futuro do Brasil. Conhece o arrojo do chamado «plano real», de que foi arquitecto e responsável. Registou o seu êxito no combate à inflação galopante, que tradicionalmente corroía o nível de vida dos brasileiros e o equilíbrio financeiro do Brasil. E testemunhou os reflexos negativos das crises do México e da Ásia, quer na recuperação económica do Brasil, quer no processo da sua integração regional. Regista agora os resultados positivos das novas respostas do seu modelo político e económico aos contratempos emergentes dessas crises.

Essas respostas, como sempre, comportam dificuldade e despertam incompreensões. Mas quando se trilha o caminho certo, certo é também o reverso das atitudes.

Se o Infante esteve na origem do Brasil do passado, V. Ex.<sup>a</sup> é o Infante do Brasil do futuro.

Permita-me, Sr Presidente, que me desvie por momentos das veredas da memória, para tentar desvendar o futuro, no que respeita à cooperação entre os dois irmãos atlânticos.

Portugal vive a exaltante experiência da integração europeia. O Brasil ensaia a experiência da até certo ponto paralela integração sul-americana. A União Europeia é já um projecto amadurecido. Ultrapassada a ambição de uma simples comunidade económica, enfrenta com coragem o desafio de uma expansiva união política. Estamos hoje convencidos de que uma não subsiste sem a outra.

O Mercosul ainda mal ultrapassou a ambição de um mercado comum. E mesmo aí, vê-se confrontado com imprevistas dificuldades, uma vez mais resultantes da febre asiática. Mas vai dando passos em frente, e isso é que é importante.

O que me apraz testemunhar-lhe, Sr Presidente, é que tenho as experiências de integração regional como a única defesa com significado positivo contra os desafios da globalização. No Mundo moderno, que vertiginosamente se universaliza, a competição a sós vale por uma condenação à morte. Por isso, o refúgio em espaços de globalização parcial, ao nível de continentes ou regiões, são a única defesa possível, com o só defeito previsível de, porventura, o ser apenas a prazo.

A utopia do Mundo Só está a caminho.

E a única maneira de retardar a sua marcha consiste em unir centros de decisão e não apenas em compartilhar espaços, deixando intocada essa estimável antiguidade que são já hoje os Estados Soberanos. E não menos em explorar as virtualidades da cooperação inter-regional, aí se situando o esforço que vem sendo feito, e deve ser levado às últimas consequências, no sentido de uma mais intensa cooperação entre a União Europeia e o Mercosul, bem como com o Grupo do Rio.

Para isso, a língua portuguesa pode ser uma chave que abre portas até agora fechadas. O investimento e o inter-

câmbio de experiências podem ser outras. A comum sementeira do passado pode agora frutificar em novas colheitas. E o sentimento de recíproca afectividade que nos liga, pode de novo operar milagres. Foram seus pontos altos: a recepção brasileira à Corte Portuguesa, a União entre Portugal e o Brasil, a Universidade de Coimbra como escola superior do Brasil, o grito do Ipyranga, a viagem transatlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a viagem ao Brasil do Presidente António José de Almeida, o sistema de vasos comunicantes da nossa literatura, da nossa arte e também dos nossos emigrantes, mais recentemente esse promissor factor de presa que é a CPLP.

Desta vez, o milagre possível é não o de um passado comum, mas o de um futuro de mãos dadas.

Peço-lhe, Sr Presidente, que leve o nosso abraço aos queridos irmãos brasileiros.

*Aplausos gerais, tendo os Deputados do PS aplaudido de pé.*

O Sr Presidente da República Portuguesa, nesta Casa, usa da palavra por direito próprio. Tenho muita honra em, a igual título, não dar mas passar a palavra ao Sr Presidente da República Federativa do Brasil.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr Presidente da República Federativa do Brasil (Fernando Henrique Cardoso) — Sr Presidente da Assembleia da República, Dr Almeida Santos, Sr Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Srs Membros do Corpo Diplomático, Srs<sup>as</sup> Deputados e Sr Deputados, Srs Membros da Minha Comitiva, Senhoras e Senhores. É com imenso prazer que me dirijo aos representantes do querido povo português. A ocasião é única e tornou-se ainda mais singular depois das palavras tão comovedoras do nosso Presidente e da sua exímia gentileza de considerar-me como se português fôra e, ao passar-me a palavra, simbolicamente dizer aquilo que nós também sentimos por Portugal e pelos portugueses, que somos irmãos.

A ocasião é única, dizia. Celebramos, Portugal e Brasil, quinhentos anos da gesta de Pedro Álvares Cabral. Comemoramos cinco séculos de história comum, de uma história plena de futuro, de uma história com vocação universalista.

São muitas as razões que justificam o aplauso no Brasil e em Portugal ao V Centenário do Descobrimento, do achamento, como aqui se diz. Não me pretendo exaustivo. Prefiro concentrar-me em um motivo que sei interessar a esta Casa, comprometida como ela é com os destinos de Portugal e com sua presença no mundo. Quero ressaltar o fato de que a aproximação entre nossos povos tem sido construída, desde 1500, sob o signo do universalismo, de interesses e valores ecuménicos.

Os estudiosos já nos fizeram compreender que o achamento da Terra de Vera Cruz não se deu por acaso. O Novo Mundo estava na rota do capitalismo comercial. O Brasil foi revelado ao Ocidente na esteira da globalização das trocas. Mas isto não ocorreu de maneira mecânica, aleatória. A conquista se fez, sabemos todos, segundo o espírito empreendedor da Corte manuelina, segundo a mesma «ética aventureira» que Sérgio Buarque de Holanda consideraria mais tarde o «elemento orquestrador por excelência» do território brasileiro. Da epopeia de Cabral às entradas e bandeiras foi providencial a capacidade do

português de desvendar novos caminhos, sempre com maleabilidade

Fernando Pessoa disse uma vez que «nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo». Outra não é a mensagem que se extrai da formação do povo brasileiro. O colonizador soube transigir e se adaptar às culturas indígena e africana, criando o tipo versado nos trópicos a que tantas loas fez Gilberto Freyre. O tempo viria confirmar que a lição foi bem aprendida, com a acolhida pelo Brasil nos últimos 150 anos de contribuições étnicas de todos os continentes. Somos, mais do que nunca, híbridos, lusitanamente híbridos.

Permitam-me recordar que durante um hiato de nossa história faltamos ao ideal de congraçamento democrático. Refugiamo-nos no arbítrio, sob um discurso nacionalista, de costas para a comunidade internacional. Mas foi com convicção redobrada na democracia que retomamos à normalidade institucional. Afastamos de vez o estigma do autoritarismo e retomamos o diálogo com o mundo, inclusive para defender, com o amparo da opinião pública interna, o valor universal da democracia.

Não faço esta digressão por gosto académico, mas imbuído da responsabilidade de homem público, com os olhos postos no presente. Brasil e Portugal comungam hoje do sentimento de mais estrito repúdio à intolerância política e étnica, manifeste-se ela dentro ou fora de nossas fronteiras. O Brasil que faz questão de situar o respeito à democracia como condição para ingresso e permanência no Mercosul é inteiramente solidário com a preocupação do Governo português em não aceitar o recrudescimento autoritário em solo europeu. Já se foi o tempo dos autocratas, das sociedades divididas.

Quero dizer também a esta Casa que o Brasil está atento à sorte da democracia em todo o mundo lusófono. Em Angola, onde se renovam as expectativas de consolidação do processo democrático, é imperativo que a UNITA renuncie à luta armada e aceite, sem subterfúgio, as regras da prática eleitoral. E é imperativo também que as regras da prática eleitoral se imponham a todos os lados. No Timor Leste, que será o oitavo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estamos comprometidos em cooperar com a fundação e o desenvolvimento do novo Estado. Em breve, realizarei uma visita ao Timor. O Brasil está, portanto, associado a Portugal no propósito de contribuir para que os horrores da guerra, da violência, da fome e da miséria sejam erradicados de uma vez por todas de Angola e do Timor. Vamos lutar para que ali, como em Moçambique, ora sob o flagelo das inundações, possam vingar a dignidade social e a esperança.

#### *Aplausos gerais*

Sem as agruras das situações-limite observadas na África e na Ásia, são crescentes as dificuldades, mesmo nas democracias consolidadas, para atender às expectativas por maior progresso e bem-estar social. Os constrangimentos externos à gestão pública são cada dia mais agudos, sobretudo aqueles decorrentes do protecionismo comercial e da especulação financeira. Estamos sujeitos tanto às práticas unilaterais quanto ao irracionalismo dos mercados. Daí a urgência de alcançarmos simetria nas trocas internacionais e maior previsibilidade nos fluxos de capital. Insisti sobre estas questões, na companhia do Primeiro-Ministro António Guterres, em reunião realizada ano passado em Florença com outros líderes social-democratas.

Apraz-me perceber a afinidade dos objetivos que hoje se perseguem no Brasil e em Portugal. Coincidimos em perseguir eficiência económica com equidade social. Reconhecemos o papel primordial do mercado na geração de riquezas, mas prezamos a função insubstituível do Estado como garante da coesão social. Estamos empenhados em avançar os respectivos processos de integração, mas não descuidamos do objetivo mais amplo de associação dos mercados regionais. Continuamos, Brasil e Portugal, universalistas. Disse, ao iniciar, que Brasil e Portugal têm essa vocação universalista. Reiterei a importância da integração regional no mesmo sentido que o nosso Presidente aqui acabou de se referir. Integração regional indispensável para que possamos fazer frente aos desafios deste processo actual de globalização.

Se é verdade que a globalização como processo do capitalismo comercial antecede de séculos e coincide com o século dos Descobrimentos, se é verdade que, em algum momento, Portugal esteve à frente, à vanguarda mesmo, desse primeiro processo de integração do mundo sob a égide capitalista, não deixa de ser verdade que, pelos desenvolvimentos mais recentes — não apenas em função dos desenvolvimentos tecnológicos mas também pela dispersão da localização das empresas, das indústrias, e pela capacidade que os centros de comando têm hoje de, à distância, controlarem os fluxos de produção —, não deixa de ser verdade, repito, que a globalização, que agora se antecipa, se desenvolve no plano financeiro e que esse plano financeiro, somada ao desenvolvimento tecnológico inexcedível — pelo menos, até agora — das múltiplas formas de comunicação rápida, com a *Internet* à frente de todas, não deixa de ser uma forma de globalização que, ao mesmo tempo que possibilita avanços e permite integrações inesperadas, também traz ameaças fortemente inesperadas. E a referência feita pelo Dr. Almeida Santos às crises da Ásia, às crises da Rússia e suas consequências sobre a América Latina e, especialmente, sobre o Brasil, são a prova mais eloquente de que, independentemente da gestão doméstica, em certos momentos, os fluxos que advêm dessas modificações rápidas do capital podem produzir consequências que são não só inesperadas como podem vir a ser desastrosas. E só não o foram no caso brasileiro porque nós tínhamos a capacidade interna, doméstica, nacional, de reagir e de manter a coesão social.

Se faço referência a essas questões é porque, neste momento em que, como mencionei aqui, tanto os representantes de Portugal, nomeadamente o Eng. António Guterres, como os representantes do Brasil, clamam a todo o instante por um reequilíbrio da arquitectura financeira internacional, mais forte se torna a necessidade de, ao mesmo tempo, reconhecermos que existe, inequivocamente, no mundo contemporâneo, um predomínio do mercado a um ponto tal que até mesmo conceitos que foram tão enraizados na tradição ocidental, como o de imperialismo, tornam-se obsoletos, posto que o imperialismo significava precisamente a necessidade para o capital de dispor de um Estado capaz de impor alguma ordem, enquanto que, hoje, tudo o que os grandes fluxos de capital desejam é precisamente que não haja Estado capaz de impor qualquer ordem. Vivemos, portanto, uma época pós-imperialista, o que não poderá significar, para povos como os nossos, que estão nesse processo de integração, a desistência na crença da necessidade da identidade nacional, da construção nacional e, portanto, da existência de formas de Estado capazes de responder aos desafios do mundo contemporâneo.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes.*

O Estado, para ser capaz de corresponder a esse desafio e, ao mesmo tempo, não se apresentar como o oposto da vocação universalista da qual somos herdeiros, não pode mais ser o Estado que se encerra nos meandros da burocracia ou da tecnocracia e que responde autoritariamente aos «destinos imaginários» de um povo, senão que tem de ser um Estado poroso, permeável aos movimentos da sociedade, que conviva de uma forma absolutamente transparente com os fluxos e os refluxos da própria sociedade, sem o quê esse Estado deixará de ter viabilidade no mundo que se aproxima. Razão adicional, portanto, para que nós, brasileiros e portugueses, herdeiros desse espírito universalista, herdeiros também de experiências históricas não apenas como experiências históricas daqueles, como Portugal foi no passado, capazes de serem povos reitores do mundo, mas de uma experiência histórica de povos que, a duras penas, conseguem impor a sua identidade no mundo, para que nós caminhemos juntos nessa concepção, nessa compreensão do que significa esse regionalismo aberto e essa continuidade — se assim posso dizer — de um tipo de vocação diante de mudanças tão profundas como as que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo. Eu dizia que nós continuamos empenhados em avançar os processos de integração, mas não podemos descurar do objectivo mais amplo de associação dos mercados regionais. Continuamos, portanto, Brasil e Portugal, universalistas.

O transcurso dos 500 anos ocorre sob a presidência portuguesa da União Europeia. Não há de ser uma coincidência fortuita. Já fiz saber ao Primeiro-Ministro Guterres que Portugal pode contar com o Brasil para a consecução da meta que lhe é cara de impulsionar a associação entre a União Europeia e o Mercosul. Os benefícios serão vultuosos, de lado a lado. Mantemos a firme expectativa de um acesso mais desimpedido ao mercado agrícola europeu. O retorno para a Europa virá nos ganhos de escala para seus investimentos, agora que o Mercosul se fortalece com a associação do Chile e da Bolívia e os vínculos crescentes com a Comunidade Andina. Estejam certos de que a América do Sul logo constituirá uma região integrada e economicamente coesa. Será cada vez mais um espaço de paz, democracia e prosperidade. A União Europeia é parceira privilegiada nesse processo, como bem o deseja Portugal.

Há, portanto, caminhos coincidentes, caminhos comuns nessa busca. E, como Presidente do Brasil, no momento em que celebramos com muita emoção as nossas identidades, no momento em que o Brasil, de certa forma, incorpora, como se seus fossem, os heróis portugueses e que até simbolicamente o Brasil associa o seu passado ao passado de Portugal — e não me refiro apenas à manifestação dos homens de Estado, dos homens públicos, dos homens políticos, mas às manifestações espontâneas da cultura popular brasileira —, eu não poderia deixar de dizer também que, nesse mundo que se avizinha, em que podemos trabalhar juntos com essa mesma vocação de universalismo, bem compreendidas as nossas particularidades, a nossa cultura e as nossas expressões nacionais, ainda há um outro valor forte que há-de orientar as nossas acções nas nossas sociedades. Talvez me referísse, então, a um valor tão antigo quanto o valor da liberdade e da democracia, mas talvez mais difícil de realizar, que é o valor da igualdade.

*Aplausos do PS e do PSD*

Quem vos fala é Presidente de um país que já foi por ele qualificado como não mais subdesenvolvido mas ainda injusto. É verdade! Essas diferenças sociais, as concentrações de renda, que são mais marcantes ainda no Brasil do que em Portugal, não vão desaparecer, não se vão esboraar apenas pela vontade ou apenas pela denúncia da sua existência. Elas dependerão de uma acção determinada, de uma acção coesa, de uma acção sustentada pela sociedade que se alonga no tempo, que não provoca o milagre da distribuição dos pães, mas que precisa de ter sempre vivo este valor de uma busca de mais igualdade e de melhor distribuição da prosperidade que o mundo hoje é capaz de gerar.

Em mais do que uma oportunidade, ao referir a este tema, eu disse que se no passado nós, brasileiros, podíamos nos escudar na falta de recursos para proporcionar vida melhor a todos, hoje, já não nos é dado mais essa válvula de escape. Hoje, a luta pela democracia, a luta pela igualdade, a luta pelos direitos humanos tornou-se um imperativo moral, porque nós já temos condições de dar os passos. Passos que poderão ser tímidos — e, às vezes, o são, às vezes, implicam uma parada táctica, mas não podem, nunca, perder de vista no horizonte o objectivo final, que é o de transformar esses valores milénio afora, mas quanto antes melhor, em valores que deixem de ser apenas palavras mas que passem a ser modos de viver. É para esse modo de viver justo, melhor e comum que brasileiros e portugueses estamos cada vez mais unidos. E eu não poderia deixar de, embora improvisadamente, diante desta Assembleia que me recebeu de forma tão calorosa, dizer também, de dentro da minha alma, os valores que animam a minha luta.

*Aplausos do PS e do PSD*

É com esta nota de confiança que concluo minhas palavras. Confiança em um futuro partilhado, que inclua nossos vizinhos. Confiança no progresso e na justiça social. Confiança na democracia e em nossa capacidade de sermos dela guardiães. Confiança no universalismo lusófono. Confiança no encantamento mútuo que desde Pêro Vaz de Caminha aproxima brasileiros e portugueses.

Muito obrigado.

*Aplausos gerais, de pé*

O Sr. Presidente: — Com a palavra «confiança», esta sessão memorável terminou da melhor maneira.

Dou por encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 5 minutos*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
António Bento da Silva Galamba  
António Jorge Freire de Brito Calvete  
António José Gavino Paixão  
Cláudio Ramos Monteiro  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
Isabel Maria dos Santos Barata



João Alberto Martins Sobral  
 João Pedro da Silva Correia  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José da Conceição Saraiva  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Manuel Pires Epifânio  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel António dos Santos  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Social Democrata (PSD)

Ana Maria Martins Narciso  
 António Manuel da Cruz Silva  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Santos Pereira  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 João Bosco Soares Mota Amaral

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Manuel Durão Barroso  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas

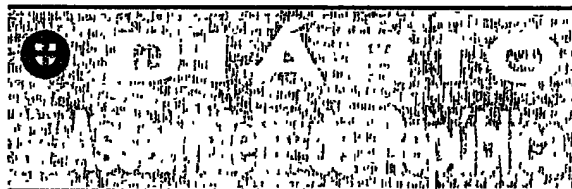
#### Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 Ana Margarida Lopes Botelho  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castelo Branco  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 80\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa